

A segunda parte da obra estuda a música popular no cinema: a música das salas de espera, a era das valsas, a invasão estrangeira, a música popular nos filmes brasileiros, os discos e o som, o carnaval no cinema, as chanchadas musicais e a música dos documentários. Como apêndice há uma relação de filmes com aproveitamento de temas, danças e música popular do fim do século XIX até o advento do cinema falado.

“Para os músicos mais humildes tinha chegado o fim das suas relações com o cinema. E o mais doloroso é que esse fim não ia perder, em termos de tragédia, nem mesmo para os próprios enredos de tantos filmes mudos que os músicos de cinema tinham ajudado a animar”. No início de 1930 começam a se extinguir as orquestras de sala de espera substituídas pelas vitrolas, e o autor conta o caso de um pianista, dispensado da sua função artística, a quem se ofereceu continuar em serviço, mas trocando discos do gramofone.

Essa transformação tecnológica reveste-se de grande importância, se lembrarmos que músicos como Nazareth tocavam nos cinemas. Aliás, é uma constante na obra de Tinhorão a nostalgia diante de certas mudanças sociais que repercutem na música do povo. Parece que não se trata de saudosismo ou atitude conservadora quanto à tecnologia: é apenas um brado de alerta face à desumanização. É a máquina sobrepujando o homem, a lembrar o desempregado crônico da sociedade industrial, Carlitos, mencionado pelo autor na introdução da obra.

*LEA VINOCUR FREITAG*

\* . \*

\*

TINHORÃO (José Ramos), *Música popular de índios, negros e mestiços*. Petrópolis, Editora Vozes, 1972. 204 páginas.

Na introdução da obra o autor afirma que a História da Cultura no Brasil tem sido identificada à cultura das elites, e que mesmo alguns folcloristas ainda superestimam as origens milenares, as genealogias, os paralelismos com os fenômenos universais. Propõe, portanto, um

“levantamento da história quase clandestina de uma cultura popular ao nível das camadas mais baixas dos mais antigos núcleos de vida urbana colonial, até a atualidade”.

O trabalho engloba a música dos índios e jesuitas, negros das irmandades religiosas, bandas de músicas das fazendas, como também dos barbeiros do Rio de Janeiro e Bahia. Em relação às músicas e danças de negros e mestiços destacamos a fofa, os batuques, o lundu-canção, a música dos negros da rua e

do interior e a sua contribuição para o carnaval. O autor inclui ainda, pioneiramente, as festas da segunda-feira do Bonfim na Bahia e a Festa da Penha no Rio de Janeiro, esta última acrescida de uma bibliografia literária.

Estudando a música dos negros das irmandades religiosas, o autor adota o ponto de vista que Herskovits já sustentava em 1937, em tese encaminhada ao II Congresso Afro-Brasileiro reunido na Bahia. Mostra que não apenas no Brasil, mas nos demais países importadores de escravos (Cuba, Haiti), a aceitação da religião católica foi sempre nominal. Exemplifica com as origens do Rosário e ressalta as coleções de estampas religiosas no processo de sincretismo. Afirma que os negros se fixaram em Nossa Senhora do Rosário

“pela ligação estabelecida com o seu orixá Ifá, através do qual era possível consultar o destino atirando soltas ou unidas em rosário as nozes de uma palmeira chamada okpê-lifá”.

Foi, portanto, à sombra das irmandades, principalmente a de Nossa Senhora do Rosário, devoção introduzida no século XIII por São Domingos, que os negros se organizaram na participação da vida popular brasileira.

Em relação às bandas de música das fazendas, principalmente a partir do século XVIII, o autor ressalta o prestígio que emprestavam aos senhores rurais, como também o fator distância, que obrigava os fazendeiros a longas permanências afastados da cidade. Analisa a divisão de trabalho, o estilo de vida, o sistema educacional e o lazer como fatores favoráveis à organização das bandas musicais, que tiveram seu fim com a quebra do trabalho escravo; os músicos aderiram então às bandas de irmandades, Folias e Congos, ou foram engrossar o contingente de músicos urbanos das bandas militares, dos conjuntos de choro e serenatas e dos cordões carnavalescos.

Para compreender a formação da música de barbeiros, o autor traça uma sociologia dessa profissão urbana, mostrando a brevidade do serviço, o treino da habilidade manual e o regime de atividade liberal, que permitia tempo vago entre um freguês e outro. Os barbeiros chegaram a formar conjuntos que tocavam regularmente nas festas das igrejas, e tiveram grande importância na vida social de cidades como Rio de Janeiro e Bahia. O declínio desse grupo musical está ligado à era do trabalho assalariado, que não mais permitia o privilégio das horas de lazer criadoras de arte.

Estudando os entremezes de teatro, o autor mostra que os dramas e tragédias que constituíam a parte nobre das sessões, constavam de autores estrangeiros, ao gosto da elite colonial voltada para a Europa. Coubê, portanto, a esses entremezes a criação de um tipo de teatro original e brasileiro, que estimulou o aparecimento dos primeiros artistas e músicos negros e mestiços.

A Segunda-Feira do Bonfim na Bahia e a Festa da Penha no Rio de Janeiro, pesquisadas pelo autor, concentram toda a criatividade musical do povo

num cadinho de cultura espontânea, do qual viriam a se abeberar os músicos populares.

José Ramos Tinhorão caracteriza-se por um estilo fluente e claro, e todas as suas colocações trazem o marco de uma interpretação pessoal, por vezes arrojada, mas sempre lógica e fundamentada. Pesquisador e colecionador de documentos alusivos a música popular brasileira, já publicou outros livros sobre o tema.

Esta obra, relativa à música de índios, negros e mestiços, está organizada num padrão acadêmico, sendo mencionadas todas as fontes de documentação e bibliografia (historiadores, literatos, viajantes). As notas explicativas são desenvolvidas e comentadas criticamente, buscando sempre um enfoque sociológico.

LEA VINOCUR FREITAG

\* \*

\*

ABREU (Díores Santos). — *Formação Histórica de uma Cidade Pioneira Paulista: Presidente Prudente*. — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente (Estado de São Paulo), 1972.

Ao me propor resenhar a obra de Díores Santos Abreu fiquei inicialmente na dúvida se me deteria exclusivamente no trabalho histórico de alto nível ou se me preocupava também em apresentar ao público o jovem e atuante professor dos longínquos rincões interioranos. Confesso que, para mim, a tarefa mais agradável seria a de mostrar àqueles que se detivessem nestes comentários, em é o moço Díores e o quanto se pode seriamente fazer em História, em condições precárias, como ele o fez. Entretanto, aquilo que seria, espontaneamente, o reconhecimento de méritos e o enaltecimento de valores morais e intelectuais poderia parecer simplesmente a exaltação de um amigo a outro sem que a obra viesse a ocupar o seu devido lugar. Por isso o cuidado foi o de, em resumindo o que pensamos, não deixarmos de mostrar o que contem a tese de doutoramento de Díores Santos Abreu, agora transformada em livro através de publicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, magnífico exemplo a ser seguido por todas as Instituições Universitárias do País, que mais e mais devem prestigiar aqueles que trabalham seriamente e gostariam de ver suas idéias veiculadas e discutidas por especialistas das áreas de seu interesse.

A obra de Díores Santos Abreu se divide em 5 capítulos:

- I. — A Exploração da Alta Sorocabana.
- II. — A Fundação de Presidente Prudente.
- III. — A Organização Econômica e Social.